



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

ESTUDO SOBRE A ABORDAGEM SOCIOINTERACIONAL DA LEITURA NO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA

ALEXANDRE NUNES DE LIMA

EIXO: 15. ESTUDOS DA LINGUAGEM

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo discutir qual o lugar da leitura em língua espanhola na sala de aula de língua estrangeira, estando presente de forma integrada com as demais habilidades. A aprendizagem sociointeracional de leitura pode ajudar no desenvolvimento integral do letramento do aluno, pois a leitura tem função primordial na escola e aprender a ler em outra língua pode colaborar no desempenho do aluno em sua língua materna. A pesquisa é de base qualitativa, coletada por meio de pesquisa de campo, com alunos dos 9º anos, de duas escolas particulares de Arapiraca, onde foram realizadas entrevistas com professores e alunos. Fundamentando-se em estudiosos da área como, Oliveira e Paiva, Coracini e Kleiman, constatou-se que o ensino-aprendizagem de leitura em língua espanhola nas salas de aula pode contribuir para a inclusão social do aluno e seu letramento. **Palavras-chave:** Leitura, Língua espanhola, Ensino-aprendizagem. **RESUMEN:** Esta investigación tiene como objetivo discutir cual es el lugar de la lectura en lengua española en la clase de lengua extranjera, estando presente de forma integrada con otras habilidades. La aprendizaje sociointeraccional de la lectura puede ayudar en el desarrollo general de la alfabetización como la lectura del estudiante juega un papel fundamental en la escuela y aprender a leer en otro idioma puede colaborar en el logro del estudiante en su lengua materna. La investigación es de base cualitativa, recogida a través de la investigación de campo con los estudiantes de 9º grado, en dos escuelas privadas en Arapiraca, donde se llevaron a cabo entrevistas con los profesores y estudiantes. Basándose en los eruditos como, y Oliveira Paiva, Coracini y Kleiman, se encontró que la enseñanza y el aprendizaje de la lectura en español en las aulas pueden contribuir a la inclusión social de los estudiantes y sus

conocimientos. **Palabras clave:** lectura, lengua española, Enseñanza y aprendizaje

INTRODUÇÃO Sociointeragir em língua estrangeira (LE) na sala de aula apresenta algumas dificuldades, o que representa algo bastante comum nas mais diversas escolas públicas e particulares do Brasil. Os alunos demonstram interesse em aprender outra língua, participando das aulas de LE ministradas na maioria das escolas públicas e particulares brasileiras, porém, estas apresentam vários fatores que podem inviabilizar esse objetivo. Carga horária reduzida, classes superlotadas, não proporcionando a devida interação entre professor e aluno para melhor aprendizagem; pouco domínio do professor das quatro habilidades para o ensino de LE; falta de materiais didáticos ou material inadequado, como o livro, que seria uma ferramenta capaz de contribuir ainda mais para o ensino e a aprendizagem do aluno. Esses são apenas alguns dos fatores que podem reduzir a qualidade das aulas de LE nas escolas. O ensino e a aprendizagem de LE passam por um processo sociointeracional, ou seja, uma construção social. Nesse processo, o aluno irá além de utilizar seus próprios conhecimentos de mundo, usar também o conhecimento sistêmico e o conhecimento textual, estes por sua vez, sendo gerados em sala de aula por meio da interação entre o aluno e o professor, de modo que esse aluno possa se constituir como sujeito do discurso e da aprendizagem. A aprendizagem de uma LE possibilitará ao aluno aumentar sua auto percepção como ser humano e como cidadão, desenvolvendo sua consciência crítica de mundo e de linguagem. Percebe-se que muitos dos professores do ensino fundamental das escolas públicas e particulares, falando mais especificamente dos que lecionam no 9º ano, pois este é o foco deste trabalho, ensinam a LE, mas não compreenderam ainda a importância do ensino e aprendizagem dela, para a formação de cidadãos e seres humanos mais críticos. Passando despercebido que o espanhol está andando a passos gigantes em direção a um segundo lugar em importância mundial depois do inglês. E no Brasil, principalmente, devido ao seu enorme território fazer fronteira com diversos países de língua espanhola, e por haver políticas econômicas que possibilitaram a criação de associação de mercados latino-americanos, como o MERCOSUL, traçaram um caminho sem volta para a língua espanhola em território brasileiro, surgindo então sua inclusão na rede pública de ensino. A grande verdade é que os professores enfrentam muitos desafios, mas é durante a aula que se revela o problema mais sério. Um ponto de dificuldade é que as pessoas têm um pré-conceito achando que a língua espanhola é muito fácil por ser parecida com o português, é quando se deparam com regras gramaticais tão complicadas como as do nosso português, e com algumas palavras consideradas falsos amigos, muitas vezes ficam desanimadas e desistem de prosseguir em seus estudos. Os professores de LE, além de carecer de disposição para planejar melhor as aulas e estudar mais, com vistas a conseguir domínio gramatical da LE mais eficiente, tendo pouco conhecimento das linhas norteadoras dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino de LE que indicam o uso de leitura como prioridade na sala de aula, os professores

têm de ampliar sua visão sociointeracional da aprendizagem e da linguagem e em alguns casos desenvolvem aversão ao uso de textos e quando se utilizam destes, o fazem de forma rápida dando ênfase ao método de gramática e tradução, o mais utilizado pelos professores nas escolas públicas e particulares no Brasil. Este trabalho surge justamente da necessidade de tornar o estudo de leitura em LE no 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas e particulares mais significativo para os alunos, pois de acordo com os PCN de LE, a Leitura:

atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu contexto social imediato. Além disso, a aprendizagem de leitura em língua estrangeira pode ajudar o desenvolvimento integral do letramento do aluno. A leitura tem função primordial na escola e aprender a ler em outra língua pode colaborar no desempenho do aluno como leitor em sua língua materna” (PCN DE LE, 1998, p. 20).

Para isso, utilizou-se da pesquisa qualitativa, observou-se o quanto os professores poderiam utilizar a leitura em LE para melhorar a construção social do ensino e da aprendizagem em salas de aula da escola pública e particular. Assim, a partir dessas considerações, espera-se responder questões que ampliem o nosso conhecimento sobre perguntas específicas como: De que forma o professor poderá ajudar a estimular a aprendizagem do aluno com o ensino de leitura em LE?

Em quais circunstâncias o professor poderá utilizar as orientações dos PCNs e suas teorias sobre o ensino de leitura para aprimorar os conhecimentos dos alunos?

Será que esse professor de língua espanhola se utiliza dos conhecimentos e orientações dos PCNs em suas aulas de LE?

O ENSINO DE LE NO BRASIL E SUAS REGULAMENTAÇÕES O ensino de línguas estrangeiras ocupa um espaço importante na formação do cidadão, por isso a presença desse conhecimento no currículo escolar. Nesse sentido, apresentaremos as determinações mais recentes para o ensino de língua estrangeira. Podemos observar que no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as línguas estrangeiras modernas recuperam, de alguma forma, a importância que durante muito tempo lhes foi negada. Consideradas, muitas vezes e de maneira injustificada, como matéria de pouca importância, as LEs adquirem, agora, a configuração de disciplina tão importante como qualquer outra do currículo, do ponto de

vista da formação do indivíduo, tornando-se parte obrigatória no ensino fundamental da escola pública brasileira como afirma a LDBEN no artigo. 26, §5º: "Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição" (SAVIANI, 1997, p.171). Assim, a LDBEN procurou por meio da inclusão do ensino obrigatório de língua estrangeira (LE), poder também alcançar os objetivos do ensino fundamental para a formação do cidadão que é descrito no artigo. 32 e incisos da lei 9394/96:

O ensino fundamental obrigatório com duração de 6 (seis) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social" (SAVIANI, 1997, p. 172).

A lei 11.274, de 2006 altera a redação do art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação, conforme citado acima: "O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante (...)" (BRASIL, 2006). As LEs assumem então a condição e a função intrínseca de ser parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao estudante aproximar-se de várias culturas e, conseqüentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado. Pelo seu caráter de sistema significativo, como qualquer linguagem, as LEs funcionam como meios para

se ter acesso ao conhecimento e, portanto, às diferentes formas de pensar, de criar, de sentir, de agir e de conceber a realidade, o que propicia ao indivíduo uma formação mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais sólida. Torna-se, pois, primordial, conferir ao ensino escolar público fundamental de LE um caráter que, além de capacitar o aluno a compreender e a produzir enunciados corretos no novo idioma, propicie ao aprendiz a possibilidade de atingir um nível de competência linguística capaz de permitir-lhe acesso às informações de vários tipos, ao mesmo tempo em que contribua para a sua formação geral enquanto cidadão. Desta forma, para contemplar os direcionamentos das diretrizes foram criados "Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)" para fomentar e fornecer informações necessárias para o desenvolvimento das disciplinas do currículo escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram elaborados a partir de uma prerrogativa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei 9394/96, com o objetivo de propiciar aos sistemas de ensino, particularmente aos professores, subsídios à elaboração e/ou reelaboração do currículo, servindo como eixo norteador à construção do projeto pedagógico, em função da cidadania do aluno. Assim, os PCNs de 5ª a 8ª série (atualmente do 6ª ao 9ª ano) foram elaborados com o intuito de atender, de um lado, o respeito às diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país; e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais, comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas públicas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. Os documentos refletem um desejo de fazer chegar à escola pública um conjunto de inovações didáticas que permitam melhorar a qualidade de nosso ensino como é afirmado no PCN de LE falando sobre o sistema de focos:

Esse sistema de focos para indicar o que ensinar tem por objetivo organizar uma proposta de ensino que garanta para todos, na rede escolar, uma experiência significativa de comunicação via Língua Estrangeira, por intermédio do uso de uma lente padrão. Isso é o que foi chamado de engajamento discursivo por meio de leitura em língua estrangeira, que se pauta por uma questão central neste documento: dar acesso a todos a uma educação linguística de qualidade" (PCN DE LE, 1998, 21).

A perspectiva educacional da aprendizagem de uma LE deve garantir ao aluno seu engajamento discursivo, ou seja, a capacidade de se envolver e envolver outros no discurso, Como afirma Orlandi: "O discurso é definido não como transmissor de informação, mas como efeito de sentido entre locutores. Assim, se considera que o que se diz não resulta só da intenção de um indivíduo em informar um outro, mas da relação de sentidos estabelecida por eles num contexto social e histórico" (1999, p. 63). Aumentando sua autopercepção como ser humano e cidadão, garantindo assim a continuidade e a sustentabilidade necessárias para o seu ensino, propiciando avanços no ensino e na aprendizagem da LE na escola. Mas é preciso verificar em que medida os PCN's são capazes de modificar as práticas de nossas escolas e não somente o discurso dos educadores. Para isso, deverão ser acompanhados de investimentos em qualificação de professores, pois sabemos que o peso da inércia e da tradição nas escolas é grande, dificultando as mudanças. Pois, o ensino de Língua Estrangeira vem se modificando e hoje busca fazer com que os estudantes participem ativamente e criticamente de um mundo com fronteiras desfeitas no que diz respeito ao acesso à informação. **A ABORDAGEM SOCIOINTERACIONAL DA LEITURA DE LE** A leitura é um processo complexo que envolve vários aspectos e para Leffa: "(...) não pode ser descrito, a partir de um único foco. Uma descrição completa do processo da compreensão deve levar em conta, no mínimo, três aspectos essenciais: o texto, o leitor e as circunstâncias em que se dá o encontro (1996, p. 143). O papel do texto em uma visão macro passa a ser visto mais no seu todo do que nas suas partes e a compreensão não é apenas um processo linear, onde se apreende sequencialmente pequenas porções do texto, mas também um processo de visualização global, com apreensão não-linear de segmentos selecionados (LEFFA, 1996, p. 154). A informação contida no texto se integra aos conhecimentos prévios do leitor contribuindo para a sua compreensão. No entanto, os PCNs não propõem uma metodologia específica para o ensino de línguas, mas sugerem uma abordagem sociointeracional, com ênfase no desenvolvimento da leitura. Como apontam os PCN de LE as concepções teóricas que têm orientado os processos de ensinar e aprender língua estrangeira tem suas origens tanto na psicologia, e nas investigações que buscam compreender como se dá a aprendizagem humana, como na evolução dos estudos lingüísticos. Segundo o mesmo documento, as práticas

de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras têm sido influenciadas, principalmente, por três visões: a behaviorista, a cognitivista e a sociointeracionista. Nesta última visão sociointeracionista que é referenciada nos PCN de LE e que norteou a elaboração da unidade didática, já citada:

O que subjaz a esta última visão é a compreensão de que a aprendizagem é de natureza sociointeracional, pois aprender é uma forma de estar no mundo social com alguém, em um contexto histórico, cultural e institucional. Assim, os processos cognitivos são gerados por meio da interação entre um aluno e um participante de uma prática social, que é um parceiro mais competente, para resolver tarefas de construção de significado/conhecimento com as quais esses participantes se deparem” (1998, p. 57-58).

A aprendizagem de leitura em língua estrangeira, compreendida como um direito básico de todas as pessoas e uma resposta a necessidades individuais e sociais do homem contemporâneo, não só como forma de inserção no mundo do trabalho, mas principalmente como forma de promover a participação social, tem papel fundamental na formação dos jovens como afirma Moita Lopes: “já, que, através da leitura em uma LE, pode-se ser exposto a visões diferentes de mundo, de sua própria cultura e de si mesmo como ser humano” (1996, p. 134). A leitura em LE permite o acesso a uma ampla rede de comunicação e à grande quantidade de informações presentes na sociedade contemporânea. Segundo o PCN de LE, o objetivo principal do ensino de LE é o domínio da linguagem. E dentro disso está o ensino da habilidade de leitura. Ainda de acordo com o PCN de LE “A leitura tem função primordial na escola e aprender a ler em outra língua pode colaborar no desempenho do aluno como leitor em sua língua materna” (PCN DE LE, 1998, p.20). Sabemos ser essa uma tarefa nada fácil, tampouco acontece da noite para o dia, e que não se inicia apenas nos 3º e 4º ciclos, mas desde que a criança entra para a escola, ou ainda, se levamos em consideração que a leitura de mundo se inicia antes da leitura da palavra, diz Freire: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (1988, p.11-12). Assim, verifica-se que esta leitura de mundo ocorre antes mesmo da estreia da criança na escola e a escola, tanto a pública quanto a

particular, precisam formar um leitor competente. Assim, a aprendizagem deve representar para o aluno a possibilidade de usar a língua para obter acesso ao conhecimento nas diversas áreas da ciência, nos meios de comunicação, nas relações entre as pessoas de várias nacionalidades, no uso de tecnologias. O ensino de leitura em LE tem, pois, um papel importante na formação dos alunos jovens, por contribuir para o desenvolvimento da cidadania e participação social, tendo em vista que, para a inclusão social, é necessário ampliar a compreensão do mundo em que se vive (o contexto regional mais próximo em relação ao contexto mundial), para poder refletir sobre ele e nele intervir. E de acordo com os PCNs de LE: "Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania" (1998, p. 5). O ensino e aprendizagem de leitura em LE são, portanto, necessários como instrumento de compreensão do mundo, de inclusão social e valorização pessoal. Por meio do estudo de uma LE, ampliam-se as possibilidades de conhecimento de outra(s) cultura(s) e, com isso, desenvolvimento de um olhar crítico a respeito da cultura brasileira, reconhecendo nela seus valores e sua diversidade. A perspectiva sociointeracional de ensino e aprendizagem entende que aprender exige a "co-participação social", ou seja, o engajamento dos participantes no processo conjunto de construção de conhecimento, mediado pela linguagem. A linguagem é concebida como o instrumento simbólico que auxiliará no desenvolvimento de novas perspectivas sobre o mundo, segundo Vygotsky:

A função primordial da linguagem é a comunicação, intercâmbio social. Ao estudar-se a linguagem por meio da análise em elementos, dissociou-se também esta função da função intelectual do discurso. Tratava-se ambas como se fossem duas funções separadas, embora paralelas, sem prestar atenção às suas inter-relações estruturais e evolutivas; contudo, o significado das palavras é unidade de ambas as funções da linguagem. (2010, p.11). Nesse sentido de linguagem, o foco recai sobre uma percepção de que a aprendizagem de leitura se dá dentro de contextos históricos, sociais e culturais, partindo do conhecimento cotidiano que o aluno já tem acumulado, para Freire: "Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo" (1988, p. 8), que entra em conflito com conceitos cientificizados e trabalhados no ambiente escolar. Esses

novos conceitos são construídos com a perspectiva de que a atuação desses aprendizes se dê de forma mais informada e crítica. Em outras palavras, estabelece-se a relação entre o conhecimento teórico discutido na escola com os problemas práticos vivenciados pelos alunos, segundo Moita Lopes: “O foco na leitura tem função de fornecer ao aluno uma base para a interação lingüística (no caso, através da leitura), que poderá ser acionada pelo aprendiz quando e se o desenvolvimento de outras habilidades comunicativas em língua estrangeira se fizer necessário em sua vida futura” (1999, p.2). Além disso, os processos cognitivos utilizados pelos alunos são vistos como constituídos socialmente através da interação, para Kleiman:

È por isso que a leitura é considerada um processo interativo, no sentido de que os diversos conhecimentos do leitor interagem em todo momento com que vem da página para chegar à compreensão. A leitura não é apenas a análise das unidades que são percebidas, a partir daí, chegar a uma síntese. Também a partir da síntese ele procede à análise para verificar suas hipóteses, num processo em que, repetimos, tanto os dados da página como o conhecimento do leitor interagem como fontes de dados necessários à compreensão (2001, p. 17-18). Essa compreensão torna necessário o compartilhar de processos de aprendizagem que servirão de exemplos para que cada aprendiz possa utilizar uma nova forma de entender e construir conhecimento. Essa compreensão de ensino e aprendizagem privilegia tipos de interação que dêem aos professores e aprendizes novos papéis. O professor deixa de ser um transmissor de conhecimentos, preocupado e responsável por tudo o que deve ser aprendido, de acordo com Paiva:

O professor não é responsável pela aprendizagem do aluno, mas pode ajudá-lo a ser mais autônomo. Os depoimentos dos aprendizes bem-sucedidos, em nossas narrativas de aprendizagem, revelam que eles se envolvem com a língua fora da sala de aula e alguns contam que receberam estímulo de seus professores para essas ações. Geralmente o professor é responsável por diversas turmas. Pode-se tentar dividir essa responsabilidade com os próprios alunos (2009, p. 35).

Na perspectiva sociointeracional, o professor é o parceiro responsável por criar oportunidades para que o aluno possa construir seu próprio conhecimento. O professor é também aquele que, por ocupar o local de

condução da aula, poderá criar espaços para que os alunos tenham chances de trocas e de busca de conhecimentos que vão além daqueles que o próprio professor já apresentou: “Assim, o professor deve propiciar contextos a que o leitor deva recorrer, simultaneamente, a fim de compreendê-lo em diversos níveis de conhecimento, tanto gráficos, como lingüísticos, pragmáticos, sociais e culturais” (KLEIMAN, 2007, p. 35). Por sua vez, os alunos assumem maior responsabilidade pelo processo de aprendizagem conjunta. Cada aluno tem um papel fundamental na própria aprendizagem, bem como na dos colegas, segundo Moita Lopes:

O leitor é visto então como sendo parte de um processo de negociação do significado com o escritor, por assim dizer, do mesmo modo que dois interlocutores estão interagindo entre si na busca do significado, ao tentar ajustar seus esquemas respectivos. Essa interação é caracterizada por procedimentos interpretativos que são parte da capacidade do leitor de se engajar no discurso ao operar no nível pragmático da linguagem” (1996, p. 141). Cabe aos alunos atuar de forma ativa para auxiliar os outros em suas dúvidas, criando, assim, comunidades de aprendizagem nas quais todos terão a oportunidade de aprender uns com os outros. **ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS DA PESQUISA** Para fins de análise, realizei uma aplicação de questionários em dois colégios particulares de Arapiraca. Primeiramente, no Colégio Rosa Mística (CRM) e, posteriormente, no Colégio Santa Catarina (CSC), onde foi possível obter uma coleta de dados bastante significativa para este trabalho de pós-graduação. A análise dos dados é de natureza basicamente qualitativa e pretende estabelecer relações entre os resultados da classificação obtida e os pressupostos atuais que norteiam o ensino e aprendizagem de leitura em língua estrangeira. O principal propósito em relação às respostas dadas foi, sobretudo, examinar qual a concepção de leitura adotada pelo professor regente, visto que acredito que uma das dificuldades no trabalho com a leitura está relacionada ao modo como ela é abordada. Vejamos as perguntas e respostas direcionadas às professoras do CRM e do CSC: Para a 1ª pergunta – Você conhece os princípios contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sobre o ensino de leitura? () Sim ou () Não: A professora do CRM respondeu que não e a do CSC que sim. Visto que os professores atualmente não são bem remunerados, de maneira que possam estudar e se preparar cada vez mais para as suas aulas, estudando pelos PCNs ou por livros didáticos atualizados, ficaremos a

mercê dessa realidade. Para a 2º pergunta– Você os usa para o ensino de leitura em sala de aula?

() Sim ou () Não: A professora do CRM respondeu que não e a do CSC que sim. Fornecendo o mesmo panorama da 1º pergunta. Para a 3º pergunta– Os PCNs o ajudam no ensino e aprendizagem de leitura em Língua Estrangeira (LE)?

() Sim ou () Não, Justifique: A professora do CRM respondeu que não dizendo: “Como não os conheço, não posso avaliar!” e a do CSC que sim, dizendo: “Contribui na formação global do alunado por explorar propostas e atividades baseadas em temas transversais”. Para a 4º pergunta– Quais são as abordagens e métodos mais utilizados por você nas aulas de leitura em língua estrangeira?

:Resposta da Professora do CRM: Em virtude do tempo limitado e da quantidade de alunos por sala, não costumo trabalhar a leitura de forma individual com todos os alunos. A leitura é feita apenas para a interpretação de textos. Resposta da Professora do CSC: Produção textual, leituras, dinâmicas, exposição oral e cultural etc. Podemos observar que as professoras se preocupam em abordar os textos de forma não só gramatical, mais com observância à forma cultural. Para a 5º pergunta– De que maneira você acha que a habilidade de leitura pode ajudar seus alunos?

As professoras sabem a importância da leitura, pois deram como respostas: Resposta das professoras - a do CRM: leitura os ajudaria na melhoria do vocabulário, pronúncia e interpretação de textos; a do CSC: Com o enriquecimento ortográfico e oral. Para a 6º pergunta – Como você trabalha a interação nas aulas de leitura em LE?

: Resposta da Professora do CRM: Não utilizo muito a leitura, mas quando a faço, procuro escolher texto em que há diálogos entre dois ou mais personagens, pergunto a alguns a opinião a respeito do tema e discutimos um pouco. Resposta da Professora do CSC: De forma dinâmica e divertida interagindo com meninos e meninas em forma de competição. Para a 7º pergunta – De que forma o aluno pode utilizar a leitura em LE em seu contexto imediato?

: Resposta da Professora do CRM: Toda leitura é imprescindível. Os textos utilizados pelo livro que adotei estão relacionados a temas do nosso cotidiano e podem ser utilizados de forma reflexiva. Resposta da Professora do CSC: Fazendo uma menção ao seu cotidiano, pois as descobertas que os

alunos fazem, passam a expor e tentar aplicar, mesmo que no princípio, em forma de brincadeira em seu núcleo social. Dessa forma observamos que na concepção sociointeracional da leitura é uma prática social, é uma forma de agir no mundo através da linguagem. Sendo uma prática social, é a leitura que vai permitir ao aluno a interação com os outros, participando e discutindo todos os acontecimentos que estão a sua volta. Esse modo de leitura dá suporte ao aluno para que ele possa construir sentido ao que lê, trabalhando as relações do texto com o funcionamento da linguagem, segundo Silveira: “A língua é uma atividade que permite a construção do conhecimento e a convivência entre os seres humanos” (1999, p. 50). Mas sabemos que o professor não dispõe de espaço físico adequado, as aulas de LE são sempre lotadas propiciando assim a falta de interação entre os alunos etc. Há também a falta de criatividade do professor, falta de planejamento, a não interação da turma etc. Os alunos dessas duas escolas foram questionados sobre algumas perguntas, como podemos observar na tabulação da pesquisa com os alunos encontrada no Apêndice 3, Por exemplo: Quais seriam as atividades que você acredita ajudariam a interação para o ensino de leitura?

Algumas respostas: Utilização de músicas, leituras, vídeos e repetição da pronúncia do professor. Nota-se nas respostas dos alunos que os textos trabalhados, pelas professoras, precisam enfocar mais a interação social dos alunos em sala de aula, não privilegiando em sua maior parte conteúdos gramaticais. Lembramos que “A leitura é entendida como um processo de produção de sentido a partir do texto. Ele mobiliza uma gama de conhecimentos, habilidades e processamentos que interagem entre si para promover a interação do leitor com o autor, com outros leitores ou com o texto” (PAIVA, 1999, p. 4). O trabalho realizado pelas professoras regentes das referidas classes, basearam-se na interpretação de textos e na interação dos alunos, mesmo assim, devido aos problemas cotidianos de uma escola, deixam uma lacuna que os alunos querem que seja preenchida. A partir desses questionamentos em sala de aula, constatou-se que a metodologia de ensino utilizada nas referidas unidades, ainda encontra-se um pouco distante da realidade desejada pelos PCNs de LE. Educador e educando concordam com a importância da língua espanhola, na atual conjuntura econômica, por reconhecerem que este idioma é fundamental para a formação profissional do indivíduo como membro de uma sociedade em

desenvolvimento. Entretanto, ambos reconhecem que algo deve ser feito para mudar a realidade do ensino de espanhol nas escolas, como por exemplo o amadurecimento do educador e educando; baseados nas novas tendências educacionais propostas pelos PCNs. Vale ressaltar que os PCNs são diretrizes que se fazem presente para serem tomadas como um elemento direcionador e não como instrumento capaz de mudar tudo do dia para noite. É bem verdade que os PCNs inovaram em muitos aspectos no que diz respeito aos procedimentos para com o ensino de línguas. Entretanto, de nada servirão caso a instituição de ensino também não contribua para este aprendizado. Esta contribuição institucional diz respeito à estrutura física (salas amplas, laboratório, sala de áudio e vídeo) material didático pedagógico adequado (Lousa, retroprojektor, TV, livros didáticos, Flip-chart, dicionários, cds, revistas, jornais etc.) e material humano qualificado para utilizar esses recursos tão importantes no aprendizado da língua, haja vista que é possível encontrar profissionais liberais que não tiveram sucesso em suas verdadeiras atividades e passaram a ministrar aulas de espanhol, como uma forma de garantir um salário. O ensino de língua espanhola deve ser realizado por um profissional qualificado, da área de Letras, só assim ele conseguirá adequar o ensino de espanhol a atual realidade brasileira. O ensino de línguas é, na verdade, uma esfera especialmente importante para tratar das questões sociais, devido ao fato de que é por meio da linguagem que tematizamos os aspectos do mundo social. Assim, os professores deveriam explorar a característica social e cultural do texto para desenvolver a consciência crítica do aluno em relação à linguagem e ao mundo em que vive: "A conscientização do professor vai permitir que ele conheça suas crenças, seus mitos, pressupostos culturais, e ideais sobre como ensinar e aprender línguas, permitindo que se torne mais crítico na tarefa a que se propôs. Dúvidas, incertezas e questionamentos continuam a existir" (ALMEIDA FILHO, 1999, p.91). É preciso, então, adotar na escola procedimentos pedagógicos para mostrar ao aluno que a linguagem é uma prática social. Em termos mais concretos, é preciso mostrar que, ao falar e escrever, as pessoas fazem escolhas (de assunto, de vocabulário, de gramática, de gêneros textuais, de variantes lingüísticas, etc.) de modo a atingir seus objetivos em relação ao interlocutor, dentro do contexto específico em que se situam. No caso das LE, sua aprendizagem oferece acesso ao modo como as questões sociais que foram escolhidas para

se trabalhar em sala de aula são abordadas em outras sociedades:

Caberia ao professor, enfim, permitir que se questionem as verdades que parecem “naturais”, inquestionáveis; que se desmistifique o estrangeiro, mostrando as diferenças culturais que asseguram a identidade brasileira, ao invés de anulá-la. Mas, para isso, é preciso que o professor passe a questionar essas mesmas verdades, a metodologia, o material didático, suas próprias atitudes em função do objetivo mais importante que deveria nortear todo ensino qual seja o de colaborar com o aluno para que ele tenha a possibilidade de se auto-observar (na medida do possível) e se posicionar criticamente no mundo (CORACINI, 1995, p. 32).

Abordar todo e qualquer texto com essas questões em mente nos leva a analisar as escolhas que seu autor fez ao construí-lo e nos leva também a discutir alternativas para a construção do texto, situando-o no mundo social. A comparação entre os diversos textos possíveis de serem escritos sobre determinado assunto, num dado contexto, é extremamente reveladora do que escritores querem fazer com seus textos nas instituições em que atuam (na mídia, na escola, na igreja, etc). Finalmente, para dar conta das discussões aqui levantadas sobre a natureza do ensino e aprendizagem, é preciso que o professor de fato perceba seus alunos como indivíduos que participam em um mundo social, do qual a escola representa apenas uma de suas instâncias. Isso envolve respeitar as experiências de vida, a linguagem e os valores culturais trazidos para a escola por eles, pois não existem conhecimentos que sejam melhores ou mais legítimos do que outros. Em relação à leitura, por exemplo, os alunos estão expostos a diferentes mídias, imagens, grupos sociais (familiares, religiosos etc.), por meio dos quais estão vivenciando diferentes experiências com leitura, paralelamente aos textos escolares. Ao professor não cabe desqualificar ou ignorar essas experiências, mas tentar incorporá-las, a fim de que o aluno perceba uma articulação da vida escolar com seu cotidiano. Acredito que, tendo voz na escola, o aluno seja encorajado a atuar criticamente em outras instâncias do mundo social. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** Após toda a pesquisa, é possível constatar que o ensino de língua espanhola nas duas escolas particulares, apresenta entre si semelhanças que muitas vezes são bem tristes. Contudo, acredito que esses problemas que envolvem a educação brasileira não podem se justificar em uma postura de “aceitação” da realidade. Resta-me

reafirmar que são possíveis algumas ações por parte do professor para que a crença de que LE só se aprende fora da escola seja derrubada. Possíveis caminhos, acredito, passam, necessariamente, por reflexões relacionadas à função social da língua estrangeira, ao seu papel na formação global do estudante, bem como pela conexão entre academia e escola pública e por um processo de formação continuada. As contribuições dos autores anteriormente discutidos sugerem alternativas pertinentes para que, de fato, as lentes fotográficas que focalizam os progressos na área de ensino de LE no Brasil. Pudemos observar que a interação aluno, texto e professor é fundamental para o crescimento sociointeracional, não esquecendo que a leitura é usada como um ato de comunicação, principalmente entre o leitor e o escritor que, na busca do significado, o leitor utiliza sua competência textual ao interagir com o escritor através das informações lingüísticas que este escolheu incluir no texto. Creio que a maior contribuição desta pesquisa está nas percepções que os alunos revelaram sobre o ensino e aprendizagem da LE. Diferentemente do que se apregoa, esses alunos revelam que é possível aprender espanhol na escola e por meio das entrevistas e observações, pude perceber que, como afirma Moita Lopes, “É, então, urgente que, além de se mudar a atitude em relação ao aluno, se a concentrar as pesquisas na sala de aula da escola pública de modo que se possa entender verdadeiramente esse contexto livre de conceitos pseudocientíficos e ideológicos: as crenças devem dar lugar à reflexão” (1996, p.76). Essa urgência é real e deve gerar mais pesquisas como esta, que possibilitem melhorar a qualidade do ensino de LE nas escolas, que derrubem as crenças de que os alunos não aprendem LE nas escolas regulares e dêem lugar, a uma visão reflexiva do ensino e aprendizagem de LE. Foi gratificante perceber que os alunos sentem satisfação ao aprender uma LE, um conhecimento rotulado por muitos como difícil, só para pessoas de poder aquisitivo maior ou como algo que não se aprende na escola. Pude perceber que esses alunos têm interesse em aprender sim, precisam, no entanto, de material adequado, que possa ser manuseado e consultado quando necessário e que apresente a língua vinculada ao cotidiano, não como prescrição de regras, mas com uma função social clara e relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS ALMEIDA FILHO, José Carlos P. **O professor de língua estrangeira em formação. Campinas, SP: Pontes,**

1999, p. 79-80. BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 5, 15, 20-21, 57-58, 87. BRASIL. Resolução nº 60 de 20 de novembro de 2009. **Dispõe sobre o programa nacional do livro didático (PNLD) para a educação básica.** Disponível em : <<http://www.planalto.gov.br>>.

Acesso em: 10 março 2010. FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 22. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1988, p. 8, 11-12, 21. KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura:** teoria e prática. 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007. KLEIMAN, Ângela. **Leitura ensino e pesquisa.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 17-19. LEFFA, Vilson J. **Aspectos da leitura.** Porto Alegre: Sagra, 1996, p. 28-29, 46, 48-49. MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Oficina de lingüística aplicada:** a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. 5. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996, p. 76, 129, 134, 141, 181. PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **O ensino de língua estrangeira e a questão da autonomia.** In: LIMA, Diógenes Cândido de (org.). Ensino aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, p. 35. PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Leitura em inglês na rede:** UMA CUSTOMIZAÇÃO DO PROJETO INGREDE NA UFMG. 1999, p. 4. SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997, p. 172. VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem.**

Disponível em:

< www.jahr.org

>. acesso em: 04 março 2010, p. 11.

Graduado em Letras – Português/Inglês – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; pós-graduado em Ensino da Língua Estrangeira Moderna Espanhol pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO

CESMAC; professor de Espanhol, há quinze anos em Arapiraca/AL. E-mail:
alexandrenunes.mk@hotmail.com

Recebido em: 04/08/2016

Aprovado em: 05/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: